Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação

ISSN 1808-2599, v. 29, jan–dez, publicação contínua, 2026, p. 1–22.
doi.org/10.30962/ecomps.3218

A concentração editorial global e a permanência da relação colonizadora

POLLYANNA DE MATTOS M. VECCHIO
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

THAÍS CRISTINA AFONSO DE JESUS
Universidade de São Paulo
São Paulo, São Paulo, Brasil

ID 3218

Recebido em
25.06.2025
Aceito em
28.04.2026

/resumo

A pesquisa analisa a concentração do mercado editorial no contexto do capitalismo de plataforma e seus impactos na bibliodiversidade e na autonomia cultural no Brasil e na América Latina. Identifica-se a continuidade de um padrão de dominação europeu sobre setores culturais e informacionais. Com base em metodologia qualitativa e em revisão bibliográfica, apoiadas em autores como Muniz Jr., Chomsky, Gray, Thompson e Mignolo, aborda a interseção entre mercado, colonialidade e produção cultural. O estudo indica que a atuação de conglomerados transnacionais intensifica desigualdades históricas, restringindo a diversidade editorial e a soberania cultural latino-americana.

Palavras-chave: Concentração editorial. Bibliodiversidade. Colonialidade. Mercado editorial. América Latina.

The Global Editorial Concentration and the Persistence of the Colonizing Relationship

The study examines the consolidation of the publishing industry under platform capitalism and its consequences for diversity in publishing and cultural autonomy in Brazil and across Latin America. It argues that this process reproduces long-standing patterns of European influence over key cultural and information sectors. Drawing on a qualitative literature review and engaging with authors such as Muniz Jr., Chomsky, Gray, Thompson, and Mignolo, the research explores how market forces intersect with colonial legacies in shaping cultural production. The findings suggest that the growing dominance of transnational conglomerates and digital platforms reinforces structural inequalities between the global center and periphery, narrowing publishing diversity and weakening cultural sovereignty in Latin America.

Palavras-chave: Editorial concentration. Bibliodiversity. Coloniality. Editorial market. Latin America.

La concentración editorial global y la permanencia de la relación colonizadora

El estudio analiza la consolidación de la industria editorial en el contexto del capitalismo de plataformas y sus efectos sobre la diversidad editorial y la autonomía cultural en Brasil y América Latina. Señala que este proceso reproduce patrones históricos de influencia europea sobre sectores clave de la cultura y la información. A partir de una metodología cualitativa basada en revisión bibliográfica y en diálogo con autores como Muniz Jr., Chomsky, Gray, Thompson y Mignolo, la investigación examina la intersección entre dinámicas de mercado, colonialidad y producción cultural. Los resultados indican que la creciente concentración del sector editorial global, impulsada por conglomerados transnacionales y plataformas digitales, refuerza las desigualdades estructurales entre centro y periferia, limitando la diversidad editorial y debilitando la soberanía cultural en América Latina.

Palabras clave: Concentración editorial. Bibliodiversidad. Colonialidad. Mercado editorial. América Latina.

/autoras

ORCID

Pollyanna de Mattos M. **VECCHIO**

Doutora e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Posling/CEFET-MG). Possui licenciatura em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atua como secretária executiva bilíngue do CEFET-MG.

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

E-mail: pollyannamattosvecchio@gmail.com

ORCID

Thaís Cristina Afonso de **JESUS**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (PPGCOM-USP) e mestre pela mesma instituição. Graduada em Comunicação Social – Editoração pela Universidade de São Paulo (USP) e em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Santa Cecília (Unisanta).

Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

E-mail: thaisafonso@usp.br

Introdução

O fenômeno de concentração no mercado editorial global tornou-se uma característica marcante do capitalismo de plataforma contemporâneo, processo que manifesta-se de forma particularmente significativa no Brasil e na América Latina. Este artigo visa explorar como grandes corporações e conglomerados midiáticos afetam a produção e a distribuição de livros, impactando editoras independentes e a diversidade cultural. A análise se centrará na dinâmica neoliberal que favorece economias centralizadas, restringindo o mercado editorial a um sistema oligopólico transnacional ávido por lucro e rotatividade veloz de produtos. Destaca-se, assim, uma dicotomia entre os gigantes globais e a rica, porém fragilizada, diversidade dos mercados locais. Em última análise, o objetivo é esclarecer como essas forças econômicas e culturais promovem uma polarização setorial profunda.

O conceito de *capitalismo de plataforma* refere-se a um modelo econômico caracterizado pela centralidade das plataformas digitais como infraestruturas de intermediação entre usuários, produtores e mercados. Conforme analisa Nick Srnicek (2016), essas plataformas operam capturando, processando e monetizando grandes volumes de dados gerados pelas interações dos usuários, transformando hábitos de consumo, informações pessoais e atividades cotidianas em ativos econômicos estratégicos. Nesse contexto, como destacam Marcos Dantas e colegas (2022), o capitalismo contemporâneo inaugura uma nova fronteira de acumulação baseada na exploração do trabalho vivo realizado, muitas vezes de forma não remunerada, durante o tempo de aparente lazer gasto em plataformas sociodigitais e aplicativos móveis, que capturam dados pessoais e empresariais de seus usuários para fins de valorização do capital. Esse modelo reorganiza as relações produtivas, intensificando processos de flexibilização e precarização do trabalho, inclusive em setores culturais e criativos, como o mercado editorial.

Em outras análises sobre a internacionalização e a concentração do mercado editorial brasileiro, José Muniz Jr. (2010) examina como esses fenômenos de fusão e incorporação das editoras impactam a precarização dos trabalhadores do setor e traça um panorama histórico do surgimento dos conglomerados editoriais e do interesse de editoras estrangeiras no Brasil. Célia Cassiano (2007), por sua vez, investiga especificamente o segmento dos livros didáticos e sistemas apostilados de ensino, destacando a presença de grupos espanhóis nesse setor.

A concentração no mercado editorial global não pode ser compreendida sem considerar o impacto das dinâmicas do livre mercado, que impulsionam a concentração de renda e a exclusão econômica. A defesa do livre mercado não escapa à crítica de John Gray (1999), que aponta os elevados custos sociais desse modelo econômico, como a exclusão social e a concentração de renda no contexto neoliberal. Segundo Gray (1999, p. 29), "se 'capitalismo' quer dizer 'livre mercado', então nenhuma visão é mais ilusória do que a crença de que o futuro reside no 'capitalismo democrático'". O cenário contemporâneo tem sido marcado pelo enfraquecimento da democracia ocidental, evidenciando os riscos e efeitos negativos dessa lógica na relação geopolítica entre centros e periferias do capitalismo global (Beinstein, 2001).

As tecnologias digitais e a internet reforçam os desequilíbrios em favor dos países centrais, promovendo a concentração empresarial. Nessa mesma perspectiva, Noam Chomsky (2002) sintetiza essa relação assimétrica ao afirmar que a política estadunidense de livre mercado é seletiva, permitindo a violação de acordos comerciais quando conveniente. Em diálogo com essa análise, André Schiffrin (2006) ressalta os impactos dessa premissa no mercado editorial, em que grandes corporações monopolizam a produção e distribuição de livros, dificultando a concorrência de editoras menores. Esse fenômeno reflete a ideologia neoliberal, que associa democracia exclusivamente à liberdade de buscar lucro e riqueza (Nascimento, 2022).

A concentração econômica no setor cultural, de forma ampliada, é também analisada por Gilles Lipovetsky e Jean Serroy (2015), que evidenciam o domínio da estratégia de mercado sobre diferentes esferas

sociais. Para os autores, no contexto do *capitalismo artista* (Lipovetsky; Serroy, 2015), editoras independentes também estão sujeitas a essa lógica, ainda que tentem operar sob modelos alternativos, como descrito por John Thompson (2013). Assim, mesmo fora das grandes corporações, o mercado editorial não escapa às dinâmicas do capitalismo global.

Segundo Thompson (2013, p. 120), a "segunda fase das fusões e aquisições no campo de publicações comerciais, que começou no início da década de 1980 e continua até o presente, caracterizou-se por um conjunto diferente de fatores *push* e *pull*". Os fatores *push* e *pull* são razões que levavam casas editoriais a serem vendidas, ou outras casas editoriais a comprarem-nas, respectivamente. Os fatores *push* principais estavam associados, no Reino Unido e nos Estados Unidos, a problemas na sucessão ou nos custos de operação do negócio. Conforme evidencia o autor,

> [...] eram uma gama de considerações estratégicas que variavam de uma empresa para outra e mudaram no decorrer do tempo; incluíam, entre outras coisas, a busca de sinergia, a pressão por crescimento, o desejo de expansão para o exterior e, mais especificamente, o desejo de estabelecer ou aumentar a base no mercado de língua inglesa, seja nos Estados Unidos, seja no Reino Unido, ou em ambos (Thompson, 2013, p. 116).

Hoje é impossível pensar na dinâmica do setor editorial em todo o mundo sem levar em conta os movimentos que aproximam capital financeiro e capital produtivo e a produção de conteúdos em diversas mídias, de modo integrado ou ao menos interconectado, conforme veremos mais adiante em nossa linha do tempo em que relacionamos os oligopólios globais. Embora alguns autores destaquem a baixa rentabilidade das editoras em comparação com as empresas audiovisuais, por exemplo, o fato é que os grandes conglomerados midiáticos do mundo (Bertelsmann, Disney, Mondadori, TimeWarner, Planeta, Viacom, entre outras) possuem seus "braços editoriais" (Muniz Jr., 2010, p. 2).

Editoras antes isoladas, muitas vezes pertencentes a uma família (resultado das desigualdades estruturais do país, que marcam desde o início o mercado editorial nacional) e ainda administradas por elas, passaram a integrar *holdings* que reúnem também jornais, editoras de revistas, emissoras de televisão e rádio, empresas de internet, grupos de educação etc. Em outros casos, editoras de livros foram se fundindo umas às outras. Se, num primeiro momento, os capitais ligavam-se por afinidade de catálogo, a partir dos anos 2000 até mesmo empresas de *software*, bancos e educação passam a participar de negócios editoriais (Muniz Jr., 2016).

As corporações foram extrapolando o perfil de multinacionais para constituir-se em grandes conglomerados que comportam empresas de diferentes razões sociais. Como redes, transcendem os territórios nacionais e continentais, mas mantêm a centralização na matriz, produzindo, transmitindo e controlando a disseminação de tecnologia e a criação de novos produtos (Fígaro, 2005).

Partindo desse contexto, este artigo busca responder à seguinte questão: em que medida a concentração editorial contemporânea constitui apenas um desdobramento do capitalismo global ou representa a permanência de dinâmicas históricas de dominação cultural entre centros e periferias? A hipótese que orienta este estudo é a de que a atual concentração do mercado editorial, intensificada pelo capitalismo de plataforma e pela atuação de conglomerados transnacionais, não representa apenas uma tendência econômica recente, mas a atualização de uma relação histórica de dependência e colonialidade cultural que estrutura o fluxo de produção e circulação do conhecimento entre países centrais e periféricos. Nesse sentido, argumenta-se que a configuração oligopolista do setor editorial reforça assimetrias históricas no campo cultural, limitando a bibliodiversidade e a autonomia editorial em contextos como o brasileiro e o latino-americano.

Do ponto de vista metodológico, este estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e em análise interpretativa de literatura especializada sobre mercado editorial, concentração econômica e circulação de bens culturais. O *corpus* teórico foi composto por obras e artigos acadêmicos que discutem a estrutura do setor editorial, os processos de formação de conglomerados e as transformações recentes associadas à digitalização e às plataformas de distribuição de conteúdo. Para tanto, foram priorizados autores que analisam o campo editorial em perspectiva crítica, bem como estudos que abordam as relações entre economia cultural, colonialidade e bibliodiversidade. O recorte temporal concentra-se principalmente nas transformações observadas a partir das últimas décadas do século XX e início do século XXI, período marcado pela intensificação dos processos de globalização do mercado editorial e pela crescente atuação de plataformas digitais na mediação da circulação de livros. A análise desenvolvida possui caráter crítico-interpretativo, buscando articular contribuições teóricas da literatura especializada com evidências empíricas discutidas ao longo do artigo sobre concentração editorial e circulação desigual de obras no contexto latino-americano.

Contextualização histórica e econômica

O processo de concentração no mundo editorial pode ser ilustrado de maneira emblemática pelo itinerário da Random House (RH), uma das principais marcas dos Estados Unidos. Em 1960, a RH adquiriu a seleta Pantheon Books e, dois anos depois, colocou André Schiffrin à frente da editora. Vinte anos depois, a RH foi vendida ao magnata Samuel Newhouse. Essa mudança de direção e a consequente demissão de Schiffrin deram origem ao livro *A edição sem editores* (*L'Édition sans éditeurs*), publicado originalmente na França, em 1999, pela editora La Fabrique. Nessa obra, Schiffrin torna-se uma das primeiras e mais autorizadas vozes a alertarem sobre a deterioração cultural resultante da chegada do capital transnacional ao mundo editorial.

Essa dinâmica torna-se evidente, conforme evidenciou Schiffrin (2006, p. 113), e "os altos lucros são a prova de que o mercado está funcionando como deveria". Na prática, por mais que esteja ocorrendo lucro, "o jogo está longe de ser justo", pois o livre mercado favorece a presença das grandes corporações. Em síntese, argumenta o autor,

> As maiores empresas, que publicam livros mais comerciais, têm à sua disposição grandes orçamentos publicitários, a força de vendas enormes e uma rede extremamente eficiente de contatos na imprensa. Tudo isso ajuda a garantir que seus livros recebam algum grau de atenção. As editoras menores são incapazes de competir no mesmo nível e têm muito mais dificuldade em encontrar espaço para seus livros, tanto nas lojas quanto nas resenhas de jornais (Schiffrin, 2006, p. 114-115).

O processo de concentração intensificou-se em 1998, quando a Bertelsmann, conglomerado alemão, adquiriu a RH por US$ 1,3 bilhão, na maior transação da história editorial até aquele momento. Em outubro de 2012, foi anunciada a fusão da Penguin e da RH, formando um novo gigante do setor, do qual a Bertelsmann passou a deter 53% de controle, e o grupo inglês Pearson, 47%. Consolidou-se um processo já em curso, pois, na virada do século, a globalização e a concentração empresarial já haviam alcançado o mundo editorial de língua espanhola.

A chegada precoce do grupo Bertelsmann à Espanha, em 1977, por meio da compra de 40% da marca Plaza & Janés, marca o início de uma transformação no setor editorial do país. A partir de então, intensificou-se a formação de grandes conglomerados, e o mercado foi progressivamente dominado por um oligopólio transnacional, caracterizado pela fluidez no comércio internacional e pela imposição de critérios de alta rentabilidade e rápida rotatividade de produtos.

Na América Latina, particularmente na Argentina, os investimentos vieram principalmente de empresas espanholas. Algumas dessas empresas já faziam parte de conglomerados midiáticos multinacionais, que, a partir dos anos de 1990, diversificaram seus investimentos, como Bertelsmann e Planeta, ou eram originariamente grupos de mídia que decidiram ingressar no mercado editorial, como a italiana Finivest.

Essa análise evidencia como a concentração econômica no setor editorial tende a restringir a diversidade de obras publicadas, configurando-se como um desafio estrutural para a bibliodiversidade, especialmente em contextos periféricos como os de países latino-americanos. O *Global 50 – The Ranking of the Publishing Industry 2024* (Wischenbart, 2024) apresenta um panorama da crescente concentração no setor editorial. A edição de 2024 abrange o ano fiscal de 2023 e destaca tendências significativas.

Segundo a lista, as dez maiores editoras alcançaram uma receita combinada de 35,9 bilhões de euros em 2023, representando um aumento modesto de 1,1% em relação ao ano anterior, sendo um crescimento também inferior aos 10,8% e 9,4% registrados nos anos anteriores. Apenas para ilustrar, isso significa que as dez maiores editoras globais alcançaram, em 2023, uma receita equivalente a cerca de 197,45 bilhões de reais[01]. Em contrapartida, o setor editorial brasileiro registrou, no mesmo ano, um faturamento de 4 bilhões de reais nas vendas ao mercado, representando um recuo nominal de 0,8% em relação ao ano anterior. Essa comparação evidencia a disparidade significativa entre o mercado editorial brasileiro e os grandes conglomerados internacionais, refletindo a concentração de recursos e a influência nas mãos de poucos atores globais.

As seis principais editoras mantiveram suas posições pelo quarto ano consecutivo. A Reed Elsevier (RELX) ocupa a liderança do *ranking* pelo sétimo ano consecutivo, seguida pela Thomson Reuters. O Reino Unido segue como um centro editorial global, com duas das quatro maiores editoras sediadas em Londres. Editoras como Informa, Bloomsbury e Cambridge University Press & Assessment registraram crescimento significativo. O *ranking* de 2024 aponta a predominância de grandes grupos editoriais, como RELX, Thomson Reuters, Bertelsmann, Pearson, Wolters Kluwer, Hachette Livre, Hitotsubashi, Springer Nature, Wiley e HarperCollins, cujas receitas anuais variam entre 5,65 bilhões e 2,43 bilhões de euros (aproximadamente 37 bilhões e 16 bilhões de reais na cotação de março de 2025). Mais adiante, iremos ver a influência e atuação dessas empresas no cenário nacional brasileiro.

Entre os efeitos da concentração editorial

A crescente concentração global do mercado editorial e a presença dominante de conglomerados transnacionais no setor refletem um modelo de dominação cultural no qual os grupos editoriais anglo-europeus atuam como agentes que controlam o acesso ao conhecimento, perpetuando uma hierarquia entre Norte e Sul globais. Esse fenômeno não é exclusivo da atualidade, mas parte de um longo histórico de colonialismo cultural, no qual as narrativas e os interesses anglo-europeus tendem a prevalecer sobre as produções locais da América Latina.

Dessa forma, Walter Mignolo (2017) analisa como o colonialismo impulsionou a globalização, destacando a colonialidade como fenômeno cultural que molda escolhas de consumo e reforça estruturas de dominação. Antes da modernidade, o mundo era policêntrico, mas, a partir do ano 1500, o capitalismo europeu impôs uma nova ordem baseada em exploração econômica e epistemologia racionalista. No mercado editorial, essa dinâmica reflete-se na centralização da produção e na distribuição do conhecimento sob a hegemonia das grandes editoras anglo-europeias, restringindo a autonomia cultural de países periféricos.

01 Considerando a taxa de câmbio média do euro para o real em 2023, que foi de aproximadamente R$5,50 por euro.

De forma convergente, Ramón Grosfoguel (2013) argumenta que a colonialidade persiste mesmo após o fim do colonialismo formal, estruturando sociedades por meio de influências culturais e econômicas. Aplicando essa análise ao contexto editorial, isso se manifesta no controle de catálogos, canais de distribuição e na imposição de padrões globais de publicação, que favorecem obras de alto giro comercial em detrimento da bibliodiversidade. A predominância de grandes conglomerados restringe a circulação de produções locais e reforça uma hierarquia de conhecimento, em que o cânone literário e acadêmico é frequentemente ditado pelas ex-metrópoles coloniais.

Frente a essas transformações, Mignolo (2017) ressalta que os efeitos da modernidade incluem o desprezo pela vida humana como mero recurso produtivo. Como consequência desse processo, no mercado editorial, essa premissa traduz-se na exploração de autores e trabalhadores do setor, que enfrentam precarização e dificuldade de inserção em um sistema dominado por interesses financeiros de forma convergente – afirma Vecchio (2022), numa referência ao fenômeno que denominou como *fast-publishing*, em comparação às cadeias de *fast-food*, ou seja, o modelo como o capitalismo de plataforma manifesta-se no mercado editorial e na literatura. Aníbal Quijano (2002) enfatiza a concentração de riquezas, o aumento das desigualdades e a exploração do trabalho, fenômenos evidentes na indústria editorial, onde pequenas e médias editoras lutam para sobreviver diante da pressão exercida pelos grandes grupos transnacionais.

A Europa acumulou riqueza através da escravização de africanos e da exploração de recursos naturais das colônias, e no contexto editorial essa estratégia persiste na apropriação de narrativas, no controle sobre a produção intelectual e na marginalização de vozes dissidentes. Quijano (2002) sintetiza essa dinâmica ao afirmar que a colonialidade do poder sustenta a classificação social baseada na ideia de raça, perpetuada desde a expansão do colonialismo europeu. No mercado editorial, essa estrutura hierárquica mantém-se na centralização dos circuitos de distribuição e na legitimação de determinados saberes em detrimento de outros, perpetuando uma lógica de dependência cultural e econômica.

Diante desse cenário, resta questionar: a concentração editorial global é apenas uma consequência do capitalismo contemporâneo ou uma continuidade das dinâmicas de exploração que marcaram a história colonial da América Latina? A resposta a essa questão exige uma reflexão crítica sobre os mecanismos de poder que estruturam o mercado editorial e a produção de conhecimento no mundo contemporâneo.

Desde os anos 1990, a concentração do mercado editorial em poucos conglomerados tornou-se um traço distintivo da indústria. Grandes grupos adquirem editoras de prestígio, prometendo preservar suas identidades e programas editoriais, mas, na prática, essas garantias raramente se sustentam. Como evidenciado na aquisição da Santillana, em 2014, e da Companhia das Letras, em 2011, pela Penguin Random House, as declarações sobre independência editorial frequentemente ocultam um processo de homogeneização. Esse oligopólio editorial reforça uma lógica de mercado baseada em alta rentabilidade e rápida rotação de produtos, que ameaçam a diversidade editorial.

A concentração editorial também impulsiona a polarização do mercado. De um lado, grandes conglomerados priorizam obras de alto retorno comercial, deixando nichos de mercado desatendidos. Esse vácuo possibilita o surgimento de editoras independentes pequenas e médias, que operam sob uma lógica distinta, priorizando projetos culturais em vez de acumulação de capital. No entanto, a busca por prestígio e viabilidade financeira coloca as essas editoras em uma posição paradoxal. O reconhecimento cultural pode torná-las alvos de aquisição por grandes conglomerados, comprometendo também a autonomia de seus catálogos, pois a pressão por rentabilidade frequentemente dilui a identidade editorial original (De Diego, 2024). Além disso, novos talentos são rapidamente absorvidos por grandes grupos, que operam com risco mínimo ao contratar autores já consolidados no mercado.

Esse movimento pode ser observado na trajetória de novos autores no contexto brasileiro. Muitos escritores contemporâneos iniciam suas carreiras em editoras independentes ou por meio de autopublicação e, após alcançarem reconhecimento crítico ou visibilidade junto ao público leitor, são posteriormente incorporados por grandes grupos editoriais. Nesse sentido, editoras independentes frequentemente desempenham um papel relevante como espaços de descoberta e circulação inicial de novos talentos literários.

Alguns exemplos recentes ilustram esse processo. O escritor Itamar Vieira Junior teve trabalhos publicados inicialmente por editoras independentes antes de alcançar ampla projeção com *Torto Arado*, lançado pela editora Todavia. De forma semelhante, Morgana Kretzmann estreou com o romance *Ao pó* (2020), publicado pela editora independente Patuá e vencedor do Prêmio São Paulo de Literatura na categoria Melhor Romance de Estreia, passando posteriormente a publicar pela Companhia das Letras.

Processo semelhante ocorreu com Aline Bei, cujo livro *O peso do pássaro morto* foi inicialmente publicado pela editora independente Nós antes de ganhar maior circulação no mercado editorial. No campo da literatura jovem adulta, Clara Alves iniciou sua trajetória em plataformas digitais como Wattpad e na autopublicação da Amazon, posteriormente publicando pela editora Seguinte.

Esses casos indicam que editoras independentes e plataformas de autopublicação frequentemente funcionam como espaços de experimentação e visibilidade inicial para novos autores, que posteriormente passam a integrar catálogos de editoras de maior porte, fenômeno que evidencia dinâmicas assimétricas de legitimação e circulação no mercado editorial contemporâneo.

Cenários argentino e brasileiro

Ao analisar os mercados editoriais do Brasil e da Argentina, Muniz Jr. (2016) destaca a influência da política neoliberal e a crescente internacionalização do setor. Ambos os países registraram uma forte presença de editoras e grupos midiáticos estrangeiros, especialmente os conglomerados espanhóis. O mercado editorial brasileiro passou por um intenso processo de internacionalização e concentração desde os anos 1990 e, de forma mais intensa, no início do século XXI. A chegada de grandes grupos estrangeiros e a aquisição de editoras nacionais resultaram na formação de conglomerados que hoje dominam o setor. Essas fusões e expansões moldaram o cenário atual.

Entre os principais grupos atuantes, a Companhia das Letras consolidou-se como um dos maiores, especialmente após sua aquisição pela Penguin Random House. O grupo expandiu seu portfólio, incorporando editoras como Objetiva, Zahar, Brinque-Book e JBC (editora nipo-brasileira de mangás). Outra gigante do setor é a HarperCollins Brasil, que desde 2015 absorveu marcas tradicionais como Thomas Nelson Brasil e Harlequin, ampliando sua atuação no país.

O Grupo Planeta, um dos dez maiores conglomerados editoriais do mundo, estabeleceu presença no Brasil a partir de 2003, fortalecendo sua participação nos mercados de ficção, não-ficção e literatura infantojuvenil. A Santillana, por sua vez, domina o segmento educacional, controlando as editoras Moderna e Salamandra. O Grupo Editorial Record, com uma longa trajetória no Brasil, cresceu por meio da aquisição de editoras como José Olympio, Civilização Brasileira e Paz e Terra, consolidando um dos catálogos mais diversificados do país.

Esses conglomerados estabeleceram um modelo de mercado altamente concentrado, determinando padrões de produção e distribuição. A seguir, apresenta-se uma linha do tempo a partir do ano 2000 com alguns marcos desse processo no Brasil.

Quadro 1: Linha do tempo – Formação dos conglomerados editoriais no Brasil

Ano	Mudanças e fusões
2001	A Santillana adquire a Editora Moderna, consolidando sua presença no setor de livros didáticos.
2003	O Grupo Planeta inicia operações no Brasil, estabelecendo a Editora Planeta do Brasil Ltda.
2012	O Grupo Editorial Record adquire a editora Paz e Terra, ampliando seu catálogo em Ciências Humanas.
2015	Criação da HarperCollins Brasil a partir de uma associação entre HarperCollins Publishers e o Grupo Ediouro.
2017	A HarperCollins Brasil assume 100% das operações no país, encerrando a parceria com o Grupo Ediouro.
2018	A Penguin Random House amplia sua participação na Companhia das Letras para 70%.
2019	A Companhia das Letras adquire a editora Zahar, consolidando sua posição no mercado de Ciências Humanas.
2020	Aquisição da Brinque-Book pela Companhia das Letras reforça sua atuação no segmento infantil.
2022	Compra de 70% da Editora JBC, referência em mangás no Brasil, pela Companhia das Letras.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Vê-se, portanto, que os principais conglomerados editoriais atuantes no Brasil mantêm relações diretas com algumas das maiores corporações globais do setor. Essa dinâmica torna-se evidente quando analisamos que a Companhia das Letras, por exemplo, hoje pertence majoritariamente à Penguin Random House, controlada pela Bertelsmann, terceiro maior grupo editorial do mundo. Da mesma forma, a HarperCollins Brasil é subsidiária da HarperCollins Publishers, segunda maior editora global. A Santillana, atuante no Brasil por meio da Moderna e da Salamandra, faz parte do Grupo PRISA, que tem forte presença no mercado hispano-americano. O Grupo Planeta, que consolidou sua presença no Brasil desde 2003, está entre os dez maiores conglomerados editoriais do mundo. Essas relações evidenciam como a estrutura do mercado editorial brasileiro está diretamente conectada à lógica de concentração global, reforçando a dependência econômica e a colonização cultural do setor.

O Quadro 1 apresenta, portanto, a participação dos principais grupos editoriais no mercado global do livro. Observa-se que uma parcela significativa da receita do setor está concentrada em um número reduzido de conglomerados internacionais, o que evidencia o caráter oligopolista da indústria editorial contemporânea. Esse cenário reforça as assimetrias já discutidas na literatura sobre economia cultural, uma vez que grandes grupos tendem a concentrar investimentos em títulos de maior potencial comercial, reduzindo o espaço para catálogos mais diversos.

Quadro 2: Marcos de conglomerados internacionais que atuam no Brasil

Ano	Mudanças e fusões
1798	Fundação da Thomson Reuters no Canadá, multinacional especializada em informações financeiras, jurídicas, tributárias e de mídia.
1836	Criação da Hachette Livre, parte do conglomerado francês Lagardère, atuando em literatura geral e educacional.
1843	Formação do Grupo RELX (Reed Elsevier), multinacional anglo-holandesa líder em publicações científicas, técnicas, médicas e jurídicas.
1844	Fundação da Pearson no Reino Unido, originalmente uma empresa de construção que se tornou a maior editora de livros educacionais do mundo.
1846	Criação da Wolters Kluwer na Holanda, que hoje fornece serviços de informação e software para diversas áreas profissionais.
1924	Fundação da Bertelsmann, conglomerado de mídia alemão que posteriormente controlaria a Penguin Random House.
Década de 1960	A Random House adquire a Pantheon Books.
Década de 1970	O grupo Bertelsmann inicia sua expansão no mercado editorial espanhol, adquirindo 40% da Plaza & Janés.
Décadas de 1980-1990	Grandes conglomerados de mídia iniciaram aquisições de editoras independentes para diversificar seus portfólios e ampliar a distribuição global.
1994	Fundação da Amazon como empresa de comércio eletrônico de livros.
1996	Hachette Livre adquire o Grupo Hatier, ampliando sua presença no mercado editorial francês.
1998	A Bertelsmann adquire a Random House, formando uma das maiores editoras do mundo.
1998	A RELX (Reed Elsevier) adquire a Editora Campus, especializada em publicações profissionais e acadêmicas. Após a aquisição, a editora passa a operar como Editora Campus-Elsevier, consolidando a presença da RELX no mercado editorial brasileiro.
2004	Hachette Livre compra a editora britânica Hodder Headline, que incluía John Murray, fortalecendo sua atuação no Reino Unido. Hachette Livre adquire a Vivendi Universal Publishing, incorporando editoras como Larousse, Dalloz, Dunod, Nathan, Armand Colin e Sedes, além do Grupo Anaya na Espanha.
2006	Hachette Livre adquire a divisão de livros da Time Warner, expandindo significativamente sua presença nos Estados Unidos.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Os dados apresentados no Quadro 2 permitem observar de forma mais clara as dinâmicas estruturais do mercado editorial discutidas ao longo deste estudo. Mais do que uma simples descrição do setor, as informações reunidas evidenciam a crescente centralização da produção e da circulação de livros em torno de grandes grupos e plataformas de distribuição. Esse cenário reforça o caráter concentrado da indústria editorial contemporânea e contribui para limitar as condições de competição de editoras independentes e de catálogos menos orientados por critérios estritamente comerciais. Dessa forma, o quadro não apenas sintetiza informações relevantes sobre o funcionamento do setor, mas também ilustra empiricamente como as assimetrias estruturais do mercado podem impactar a diversidade de vozes, obras e perspectivas disponíveis no campo editorial em contexto brasileiro.

Perspectivas e desafios para a bibliodiversidade

A liberdade de comunicação desempenha um papel fundamental na construção e consolidação da democracia, sendo um dos pilares essenciais para a participação informada dos cidadãos no processo político. Sob uma perspectiva mais ampla, de acordo com Habermas (2003), a esfera pública, entendida como o espaço onde as pessoas discutem questões de interesse comum, é indispensável para o funcionamento de uma democracia saudável.

Nesse sentido, a comunicação não é apenas uma ferramenta de troca de informações, mas também um espaço de debate público e manifestação de ideias capaz de promover reflexão e construção de consensos. Para que a comunicação cumpra esse papel, é necessário que ela seja livre de censura e controle, garantindo a pluralidade de vozes e a diversidade de pontos de vista. A liberdade de expressão, ainda nesta perspectiva, como destaca Thompson (2013), é um valor essencial para a democracia, pois ela assegura que todos os cidadãos possam manifestar suas ideias sem medo de represálias.

A comunicação, retomando seu sentido ecológico, deve ser um canal aberto, que favoreça o debate entre diferentes grupos sociais, permitindo que todas as perspectivas sejam expressas, escutadas e consideradas nas decisões coletivas. Além disso, a comunicação também é vital para o exercício da cidadania, uma vez que permite que os indivíduos compreendam as questões políticas e sociais que afetam suas vidas e possam exercer seus direitos de forma participativa e informada. O acesso à informação e a capacidade de debate são, portanto, condições necessárias para que a democracia se mantenha dinâmica e aberta à evolução, possibilitando a inclusão de novas demandas e a adaptação às mudanças sociais e culturais, conforme discute Vítor Blotta (2012).

De forma convergente, para Eugênio Bucci (2000, p. 120), o regime democrático "exige a pluralidade dos veículos informativos no espaço público, exige a diversidade de pontos de vista e de opiniões – os conglomerados tendem à concentração de capital e de poder". Quando a comunicação é dominada por poucos grupos poderosos, o debate se torna restrito e muitas vezes manipulado, enfraquecendo a democracia e aumentando o cenário de polarizações.

Durante séculos, o livro ocupou uma posição central na esfera pública, servindo como um meio essencial para a formação crítica e a expressão de ideias. No entanto, com a crescente mercantilização da cultura e a ascensão de grandes corporações e oligopólios no mercado editorial, houve uma mudança significativa em como os livros e as ideias circulam e são consumidos.

No mesmo horizonte analítico, Jürgen Habermas (2003) afirma que a esfera pública tradicional foi um espaço de debate e deliberação racional em que ideias e ideologias podiam ser confrontadas e discutidas de maneira profunda. A literatura, nesse contexto, desempenhava um papel crucial, pois era uma das principais fontes de reflexão e crítica social.

Contudo, à medida que o mercado editorial industrializou-se e concentrou-se nas mãos de grandes corporações, a literatura passou a ser tratada cada vez mais como um produto de consumo, com ênfase no lucro e na viabilidade comercial. Esse processo de mercantilização afetou profundamente a qualidade do debate público, pois os livros e as ideias passaram a ser moldados pela lógica do mercado, que prioriza a massificação e o apelo imediato em detrimento da reflexão crítica e da diversidade de perspectivas.

Essa mudança não se limitou ao campo editorial, mas teve impactos diretos na forma como a sociedade consome cultura. A expansão da mídia de massa, com sua lógica de consumo acelerado e entretenimento superficial, transformou os livros (independentemente de seu suporte) em mais um produto de consumo, empurrando as obras para o campo das tendências momentâneas de consumo mais superficial, voltado para a satisfação imediata e a busca por prazer rápido.

Como destaca Thompson (2013), o aumento da concentração do mercado editorial nas mãos de poucos conglomerados levou à homogeneização da produção cultural, limitando a diversidade de vozes e de perspectivas no campo literário, ou seja, impondo grandes desafios à bibliodiversidade. Essa transformação tem implicações significativas para a capacidade crítica da sociedade: quando a literatura e as ideias são tratadas exclusivamente como produtos de consumo, a reflexão crítica perde espaço para tendências comerciais e de perspectivas homogêneas.

A "cultura de massa", como caracterizaram Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985), não apenas satisfaz as "demandas do público", mas também as constrói, manipulando as preferências e as opiniões de maneira estratégica. O resultado desse processo é uma tendência à uniformização das ideias no mercado editorial. A concentração do setor e a predominância de lógicas mercadológicas levam as grandes editoras a priorizarem títulos com maior potencial comercial. Como consequência, reduz-se o espaço para obras experimentais, autores iniciantes ou perspectivas menos alinhadas às demandas do mercado.

Nesse sentido, vemos então que os processos de concentração editorial contemporâneos podem ser analisados também à luz do debate sobre colonialidade. A centralização da produção e da circulação de livros em grandes conglomerados sediados majoritariamente em países do Norte global contribui para reforçar hierarquias históricas na circulação de ideias, nas quais determinados centros editoriais definem quais autores, temas e perspectivas ganham visibilidade internacional.

Esse movimento torna-se ainda mais complexo com a expansão do chamado capitalismo de plataforma, no qual grandes empresas de tecnologia passam a intermediar a distribuição, a recomendação e a comercialização de obras, influenciando os circuitos de visibilidade cultural. Diante disso, a bibliodiversidade – entendida como a pluralidade de vozes, catálogos e perspectivas culturais – torna-se um princípio fundamental para enfrentar essas assimetrias, na medida em que valoriza a presença de editoras independentes, circuitos alternativos de publicação e políticas públicas capazes de ampliar a diversidade de narrativas disponíveis no campo editorial.

A diversidade cultural desempenha um papel essencial no fortalecimento de uma sociedade democrática, e no contexto editorial a promoção da bibliodiversidade é um reflexo desse princípio. Dessa forma, a bibliodiversidade envolve o acesso a uma ampla gama de obras capazes de representar as mais variadas perspectivas, tradições e vozes essenciais para uma compreensão plural da realidade.

Quando consideramos o mercado editorial, é preciso reconhecer que a presença de múltiplos agentes – editoras independentes, autores, leitores, livrarias, bibliotecas e instituições governamentais – é fundamental para garantir que diferentes narrativas, especialmente as de grupos marginalizados, encontrem seu espaço na esfera pública.

No entanto, a realidade do mercado editorial global e brasileiro revela que essa diversidade está ameaçada por práticas de concentração, em que grandes grupos empresariais dominam a produção e a distribuição de livros; por ações censórias advindas de governos e grupos sociais; pela precarização do trabalho dos agentes do livro e pela ausência de instrumentos regulatórios que os protejam.

A concentração ocorre por meio da predominância de grandes corporações no mercado editorial, resultando na homogeneização das obras publicadas e na priorização de títulos orientados por uma lógica de mercado voltada ao lucro rápido e a obsolescência acelerada, como observam Bourdieu (1996) e Schiffrin (2006).

Thomas Poell e David Nieborg (2018) também defendem a ideia de que a economia atual fomenta um tipo de "mercadoria cultural contingente" – ou seja, produtos feitos sob medida para atender o mercado – como uma forma de entender as complexas dinâmicas presentes na produção cultural contemporânea. Nesse contexto, eles entendem que as mercadorias culturais não são simplesmente produzidas e consumidas de forma linear. Em vez disso, elas são moldadas por uma série de fatores contingentes que incluem práticas sociais, políticas e econômicas, além de tecnologias digitais que medeiam e interferem no acesso e na distribuição desses produtos culturais.

Os autores sugerem que essas contingências tornam o mercado cultural especialmente volátil e imprevisível, afetando tanto o valor simbólico quanto o valor econômico das mercadorias culturais. Essa visão destaca a importância de considerar como plataformas digitais e infraestruturas tecnológicas reconfiguram as relações de produção e consumo na esfera cultural, promovendo um ambiente onde o valor cultural é constantemente negociado e redefinido.

Isso implica a exclusão de vozes dissidentes e de obras que, embora culturalmente ricas e relevantes, não atendem às exigências mercadológicas. A consequência é a perda de obras que podem desafiar o *status quo* ou propor novas reflexões por não conseguirem oportunidade de publicação com qualidade e tratamento editorial devidos (Thompson, 2013).

No entanto, a concentração não se restringe à dimensão de barreiras mercadológicas, mas também à necessidade de enfrentar as desigualdades estruturais que perpetuam e refletem o cenário de exclusão. O mercado editorial brasileiro reflete as disparidades socioeconômicas do país, com a concentração da produção editorial nos grandes centros urbanos, como o eixo Rio-São Paulo (Nascimento, 2022), e a baixa distribuição de livrarias e bibliotecas em outras regiões do país, criando verdadeiros desertos editoriais pela ausência de práticas voltadas a produção de livros e promoção da leitura, o que limita significativamente o acesso à leitura e ao conhecimento (Failla, 2016).

Essa concentração geográfica e econômica resulta em uma exclusão cultural que afeta principalmente as populações periféricas e rurais, perpetuando ciclos de desigualdade. Outro efeito dessa centralização capitalista voltada para os grandes centros urbanos é a marginalização de autores e obras que representam a identidade desses cenários que são invisibilizados, visto que a predominância de influências culturais estrangeiras no mercado editorial satura as livrarias com autores internacionais.

Outro aspecto que reforça a desigualdade no acesso à cultura, em especial ao livro e à leitura, configura-se como um problema social de grande relevância no Brasil e um dos principais obstáculos à democratização da leitura: o preço dos livros, que representa para a maior parte da população um custo elevado, especialmente diante dos contextos de crise econômica enfrentados no país.

Embora ao longo dos anos algumas políticas públicas, como o Programa Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), em 2006, tenham ampliado o acesso à literatura, a comercialização de livros ainda é fortemente impactada pela realidade financeira dos consumidores. E uma produção do livro voltada somente ao lucro, como a dos grandes conglomerados, agrava o problema. Conforme aponta Marisa Deaecto (2021), esses "mastodontes" impõem acordos comerciais abusivos, vendendo livros com descontos insustentáveis para os demais agentes do mercado, o que leva à falência de pequenas e médias livrarias e editoras.

Essa retração evidencia fragilidades estruturais na cadeia de comercialização do livro no país e contribui para limitar a circulação de catálogos diversos, especialmente aqueles publicados por editoras independentes. Como consequência, a redução dos pontos de venda pode ampliar ainda mais a dependência de grandes plataformas digitais para a distribuição de obras. Com base em autores que estudam a plataformização do trabalho e da economia (Srnicek, 2016), esse preço menor praticado pelas grandes empresas de

tecnologia, notadamente a Amazon, é fruto de um pagamento miserável ao profissional que fica na ponta, como o autor, por meio do sistema de assinaturas, como o Amazon Prime.

As tecnologias digitais das plataformas de autopublicação mascaram um sistema de exploração e precarização do trabalho cultural. Nesse arranjo, muitas vezes a editoração e a divulgação adequadas não são oferecidas, e os exemplares físicos acabam sendo comprados pelos próprios autores, ou as obras são disponibilizadas em plataformas de *streaming* de leitura, onde recebem *royalties* minimamente compensatórios (Vecchio, 2022).

A concentração do mercado editorial em grandes grupos empresariais e a atuação de monopólios e oligopólios internacionais, como redes de supermercados e empresas multinacionais de tecnologia, tornam os mercados de países em desenvolvimento, como Brasil e Argentina, sensíveis a influências internacionais.

Como observa Thompson (2013), grandes corporações diversificadas, com interesses em múltiplos setores da mídia e do entretenimento, ao adquirirem participação em editoras influenciam práticas e estratégias internas ao campo editorial. Esse processo de mundialização do capitalismo, caracterizado pela redução do número e aumento do porte dos grupos por setor, opera em nível global e prioriza mercados abertos e competitivos (Castells, 1999).

Portanto, essa dinâmica de concentração e monopolização do mercado editorial não apenas limita a bibliodiversidade, mas também contribui para uma espécie de censura privada, em que a diversidade de opiniões e a pluralidade de visões de mundo são prejudicadas (Muniz Jr., 2016). Como destaca Bucci (2000), a concentração da propriedade privada e a predominância do modelo comercial nos meios de comunicação resultam na omissão de informações de relevância pública e na redução da diversidade de vozes.

No caso do Brasil, a falta de editoras de grande porte capazes de competir nesse cenário globalizado torna o mercado editorial local vulnerável a essas influências mercadológicas. Assim, liberdade de expressão, nesse contexto, não pode ser pensada apenas como um direito individual ou privado da política do catálogo de uma editora, por exemplo, mas como um direito coletivo que deve garantir a pluralidade e a coexistência de diferentes visões de mundo.

Por fim, à luz das evidências discutidas ao longo do artigo, os mecanismos concretos pelos quais a estrutura oligopolista do mercado editorial reproduz hierarquias epistêmicas e culturais entre centros e periferias podem ser compreendidos a partir da articulação entre concentração econômica, colonialidade e capitalismo de plataforma. A centralização do setor em grandes conglomerados editoriais, majoritariamente sediados em países do Norte global, tende a definir prioridades de publicação, critérios de circulação e estratégias de visibilidade que privilegiam determinados autores, temas e perspectivas culturais. Esse processo é reforçado pela crescente intermediação de plataformas digitais de comercialização e recomendação de livros, cujos algoritmos e modelos de negócio favorecem títulos com maior capacidade de investimento em *marketing* e distribuição. Como consequência, editoras independentes e produções provenientes de contextos periféricos enfrentam barreiras maiores para alcançar visibilidade e circulação ampla. Nesse cenário, o conceito de *bibliodiversidade* torna-se central para compreender a importância de preservar um ecossistema editorial plural, capaz de ampliar a presença de diferentes vozes, catálogos e experiências culturais no espaço público.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar de que maneira os processos contemporâneos de concentração econômica no setor editorial impactam a diversidade cultural e a circulação de ideias. Ao examinar a atuação de conglomerados transnacionais, a crescente financeirização do mercado do livro e a expansão das plataformas digitais, observa-se que o campo editorial passa por transformações estruturais que tendem a reforçar assimetrias históricas da produção cultural entre centros e periferias.

Nesse contexto, a *bibliodiversidade* emerge como um conceito fundamental para compreender os desafios enfrentados pelo setor. A pluralidade de vozes, perspectivas e experiências depende da existência de um ecossistema editorial composto por múltiplos agentes – editoras independentes, livrarias, bibliotecas, políticas públicas e iniciativas de formação de leitores. No entanto, a predominância de grandes grupos empresariais e a lógica de mercado orientada por altas tiragens e rápida circulação comercial tendem a reduzir o espaço para obras experimentais, autores iniciantes ou narrativas que escapam aos padrões de rentabilidade imediata.

O caso brasileiro evidencia de forma particularmente aguda essas tensões. A concentração geográfica da produção editorial, a desigual distribuição de livrarias e bibliotecas e as desigualdades socioeconômicas que limitam o acesso ao livro configuram-se como obstáculos importantes à democratização da leitura. Embora políticas públicas tenham contribuído para ampliar o acesso ao livro em determinados períodos, a lógica de mercado continua exercendo forte influência sobre a produção, a circulação e o consumo de obras literárias.

À luz das discussões apresentadas, a concentração editorial global não pode ser compreendida apenas como uma consequência recente das transformações do capitalismo contemporâneo. Embora esteja profundamente associada aos processos de financeirização e globalização das últimas décadas, ela também reproduz, em muitos aspectos, padrões históricos de assimetria que marcaram a formação econômica e cultural da América Latina. A centralização da produção editorial, a predominância de grandes conglomerados sediados em países centrais e as dificuldades enfrentadas por editoras independentes em contextos periféricos revelam a permanência de estruturas desiguais na circulação internacional de bens culturais.

Diante desse cenário, fortalecer a bibliodiversidade implica reconhecer o papel estratégico de editoras independentes, políticas públicas de incentivo à leitura e iniciativas que ampliem o acesso ao livro em diferentes regiões do país. Mais do que um princípio cultural, a diversidade editorial constitui uma condição essencial para a circulação plural de ideias e para o fortalecimento do debate público em sociedades democráticas.

Referências

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

BEINSTEIN, J. **Capitalismo senil:** a grande crise da economia global. Tradução de Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BLOTTA, V. **O direito da comunicação:** orientação dos princípios normativos da esfera pública política a partir do pensamento de Jürgen Habermas. 361 f. 2012. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://bv.fapesp.br/pt/dissertacoes-teses/78419/o-direito-da-comunicacao-reconstrucao-dos-principios-normat. Acesso em: 24 jun. 2026.

BOURDIEU, P. **As regras da arte:** gênese e estrutura do campo literário. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BUCCI, E. (org.). **A TV aos 50:** criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CASSIANO, C. **O mercado do livro didático no Brasil:** da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007). 252 f. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10614. Acesso em: 24 jun. 2026.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. Tradução de Roneide Venancio Majer com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHOMSKY, N. **O lucro ou as pessoas?** Neoliberalismo e Ordem Global. 3. ed. Tradução de Pedro Jorgensen. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

DANTAS, M.; MOURA, D.; RAULINO, G.; ORMAY, L. **O valor da informação:** de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

DE DIEGO, J. L. Professor argentino faz conferência na USP sobre mercado editorial. **Jornal da USP**, São Paulo [on-line], 5 abr. 2024. Disponível em: https://jornal.usp.br/cultura/professor-argentino-faz-conferencia-na-usp-sobre-mercado-editorial/. Acesso em: 24 jun. 2026.

DEAECTO, M. M. Por uma Lei da Bibliodiversidade: 40 anos de inquietações nos Diálogos França-Brasil. *In*: DEAECTO, M. M.; SOREL, P.; KALIL, L. (org.). **Bibliodiversidade e preço do livro**. Tradução e versão de Marly Peres. São Paulo: Ateliê, 2021. p. 87-101.

FAILLA, Z. (org.). **Retratos da leitura no Brasil.** São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2016.

FÍGARO, R. **Comunicação e trabalho:** as transformações do trabalho na empresa de comunicação. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., Rio de Janeiro (RJ), 2005. **Anais**... São Paulo: Intercom, 2005. p. 1-12.

GRAY, J. **Falso amanhecer:** os equívocos do capitalismo global. Tradução de Max Altman. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GROSFOGUEL, R. Desenvolvimentismo, modernidade e teoria da dependência na América Latina. **Revista de Estudos Antiutilitaristas e Pós-Coloniais**, Recife, v. 3, n. 2, p. 26-55, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/8789. Acesso em: 24 jun. 2026.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. 2. ed. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LIPOVETSKY. G.; SERROY, J. **A estetização do mundo:** viver na era do capitalismo artista. 1. ed. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, São Paulo [on-line], n. 94, p. 1-18, jun. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092017000200507&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 3 jan. 2025.

MUNIZ JR., J. A questão dos oligopólios do livro no Brasil e na Argentina: independência e diversidade como valores metadiscursivos contra-hegemônicos. **Revista Extraprensa**, São Paulo [on-line], v. 3, n. 3, p. 845-855, 2010. Disponível em: https://revistas.usp.br/extraprensa/pt_BR/article/view/77215. Acesso em: 24 jun. 2026.

MUNIZ JR., J. **Girafas e bonsais:** editores "independentes" na Argentina e no Brasil (1991-2015). 279 f. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.

NASCIMENTO, M. **Graus de Independência/Dependência (Gids):** um instrumento de análise das práticas e estratégias das casas editoriais brasileiras. 167 f. 2022. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

POELL, T.; NIEBORG, D. The Platformization of Cultural Production: Theorizing the Contingent Cultural Commodity. **New Media & Society**, on-line, v. 20, n. 11, p. 4275-4292, 2018. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1461444818769694. Acesso em: 12 fev. 2025.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 227-278.

SCHIFFRIN, A. **L'**Édition sans éditeurs. Paris: La Fabrique, 1999.

SCHIFFRIN, A. **O negócio dos livros:** como as grandes corporações decidem o que você lê. Tradução de Alexandre Martins. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

SRNICEK, N. **Platform Capitalism**. Cambridge, UK; Malden, MA: Polity Press, 2016.

THOMPSON, J. **Mercadores de cultura:** o mercado editorial no século XXI**.** Tradução de Alzira Vieira Allegro. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

VECCHIO, P. M. M. **O direito de publicar:** autopublicação, *fast-publishing* e tecnologias digitais no mercado editorial brasileiro. 258 f. 2022. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagens) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

WISCHENBART, R. **Global 50:** The Ranking of the Publishing Industry 2024. Viena: Ruediger Wischenbart Content and Consulting, 2024.

Informações do artigo

Resultado de projeto de pesquisa, de dissertação, tese
O artigo é resultado do processo de revisão bibliográfica para redação de tese de doutoramento sobre Bibliodiversidade Ecológica no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (PPGCOM-USP).

Fontes de financiamento
Não se aplica.

Apresentação anterior
Não se aplica.

Agradecimentos/Contribuições adicionais
Não se aplica.

Informações para textos em coautoria

Concepção e desenho da pesquisa
Pollyanna de Mattos Moura Vecchio e Thaís Cristina Afonso de Jesus

Coleta de dados
Pollyanna de Mattos Moura Vecchio e Thaís Cristina Afonso de Jesus

Análise e/ou interpretação dos dados
Pollyanna de Mattos Moura Vecchio e Thaís Cristina Afonso de Jesus

Escrita e redação do artigo
Pollyanna de Mattos Moura Vecchio e Thaís Cristina Afonso de Jesus

Revisão crítica do conteúdo intelectual
Pollyanna de Mattos Moura Vecchio e Thaís Cristina Afonso de Jesus

Formatação e adequação do texto ao template da E-Compós
Pollyanna de Mattos Moura Vecchio e Thaís Cristina Afonso de Jesus

Informações sobre Cuidados Éticos e Integridade Científica

A pesquisa que resultou neste artigo teve financiamento?
Não.

Financiadores influenciaram em alguma etapa ou resultado da pesquisa?
Não se aplica, não houve financiamento externo.

Liste os financiadores da pesquisa:
Sem financiamento externo.

Autora, autor, autores têm algum tipo de vínculo ou proximidade com os financiadores da pesquisa?
Não.

Descreva o vínculo apontado na questão anterior:
Sem financiamento externo.

Autora, autor, autores têm algum tipo de vínculo ou proximidade com alguma pessoa ou organização mencionada pelo artigo?
Não.

Descreva o vínculo apontado na questão anterior: Não se aplica, não há vínculos desse tipo.

Autora, autor, autores têm algum vínculo ou proximidade com alguma pessoa ou organização que pode ser afetada direta ou indiretamente pelo artigo?
Não.

Descreva o vínculo apontado na questão anterior: Não há vínculos deste tipo.

Interferências políticas ou econômicas produziram efeitos indesejados ou inesperados à pesquisa, alterando ou comprometendo os resultados do estudo?
Não.

Que interferências foram detectadas?
Nenhum efeito inesperado do tipo foi detectado.

Mencione outros eventuais conflitos de interesse no desenvolvimento da pesquisa ou produção do artigo:
Não há conflitos de interesse.

A pesquisa que originou este artigo foi realizada com seres humanos?
Não.

Entrevistas, grupos focais, aplicação de questionários e experimentações envolvendo seres humanos tiveram o conhecimento e a concordância dos participantes da pesquisa?
Não se aplica porque a pesquisa não envolveu a participação de seres humanos.

Participantes da pesquisa assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido?
Não se aplica porque a pesquisa não envolveu a participação de seres humanos.

A pesquisa tramitou em Comitê de Ética em Pesquisa?
Não se aplica porque a pesquisa não envolveu a participação de seres humanos.

O Comitê de Ética em Pesquisa aprovou a coleta dos dados?
Não se aplica porque a pesquisa não envolveu a participação de seres humanos.

Mencione outros cuidados éticos adotados na realização da pesquisa e na produção do artigo:
Não se aplica porque a pesquisa não envolveu a participação de seres humanos.